

Autonomia falaciosa

CORREIO BRASILENSE

ANTÔNIO CARLOS OSÓRIO

* - 5 JUN 1987

A confusa situação político-econômica do País tolda as mentes e libera inconfessáveis apetites. Um dos pontos, relativos a Brasília, em que essa confusão dos espíritos mais nitidamente se manifesta é na reivindicação, em aparência legítima e bela, de eleições diretas para o governo do Distrito Federal. Após a conquista, esta justificável, de uma representação política no Congresso e com maiores razões ainda, na Constituinte, parece sequência natural essa eleição para governador, e até ousase pleitear a atomização do Distrito Federal em cidades autônomas, claro que cada uma com eleição de prefeitos, vereadores, e seus subsequentes assessores, secretários e caterva.

Por incrível que seja, o parecer da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios foi unânime a favor dessa falaz autonomia. No entanto, o interesse público, não só da Nação como da própria Brasília, se contrapõe a essa opinião leviana, equivocada ou interesseira dos nossos constituintes. Brasília tem como sua razão de ser, seu paradigma de existência, a missão de ser a capital da República. Não é uma cidade comum, criada pela iniciativa e interesses dos que nela vieram a habitar. Nasceu sob o secular gesto histórico de interiorizar a capital para ser o centro das decisões nacionais, com pesados investimentos públicos, que ainda continuam.

Os que aqui moram — tenham vindo para construí-la ou chegados depois —, não de compreender essa alta missão, que contém privilégios e contém encargos. Como órgão da União Federal, constituindo sua capital, Brasília recebeu e recebe benefícios excepcionais, que nenhum Estado ou município poderia pleitear.

Por isso mesmo é incontestável que a qualidade de vida da classe média

em Brasília tem nível superior a qualquer outra cidade do Brasil. E por quê? Porque, afora os investimentos básicos ainda em curso, mesmo para despesas de custeio a União contribui com quase 70 por cento dos dispêndios orçamentários. É natural e legítimo, porque a função de Brasília é ser a capital do País, não se exigindo de sua população uma capacidade contributiva proporcional aos benefícios urbano-sociais que recebe. Seria impossível manter o nível atual dessas vantagens sem a sustentação substancial da União. E não apenas a Praça dos 3 Poderes é Capital, mas todo o Distrito Federal, toda a cidade, e também as bravas e sofridas cidades-satélites, que a todas conheço desde o nascedouro.

Mas o pior serviço que se lhes pode prestar, a todos nós e à própria República, é lhes acenar com essa insensata e demagógica autonomia, que desnatura a cidade e pode levá-la à deterioração e à ruína, além de à humilhação.

Nossa ambição é nos equipararmos aos Estados e Municípios, sempre de pires na mão pedindo recursos que a sua própria sustentação autônoma lhes deveria garantir? Por agora, a sustentação do erário nacional é direito nosso e dever dele e não socorro à penúria, como naqueles casos.

Brasília não pode e nem deve fugir ao seu alto destino: ser a cidade-capital. Isso implica nas prerrogativas de que gozamos, que dispensam a afoita autonomia que se nos promete, e ainda em formas que se tornarão progressivamente mais levianas e perigosas, vez que já se propõe o esfacelamento de Brasília em pequenas cidades autônomas.

Parece-nos dificilmente crível que uma pessoa com formação político-jurídica média e que ame esta cidade, possa em boa fé defender essa espúria autonomia. Que autono-

mia não é, no sentido nobre da palavra, mas abdição de uma prerrogativa, abandono de uma missão, renúncia a um título de nobreza cívica, empobrecimento de vida, fuga a um destino.

E a destruição, da civitas e a grave ameaça à urbs. E a renúncia a ser a cabeça, para ser um dos membros inferiores. Ainda fosse vantajosa a pretensão "autonomia", na análise do tema haverão de ser levados em conta os interesses do Brasil inteiro e não apenas as aspirações (ou ilusões) da população local, que aliás, não as tinha — e talvez ainda não as tenha, na maioria silenciosa — antes que se soltasse a matilha feroz das ambições demagógicas.

E é inadmissível uma capital de Estado onde este não dispõe de poder para organizá-la e administrá-la, no rumo dos fins próprios para os quais a criou e mantém. Nesse sentido, a prometida autonomia contém uma contradição em termos, uma antinomia lógica irresolúvel.

Uma das maiores qualidades do homem é a gratidão. E responder por palavras e atos ao dom ou à palavra recebidos. Como dos mais degradantes defeitos é o seu contrário, a ingratidão que leva tantas pessoas a esquecerem, cobrarem e até se vingarem dos favores recebidos, na palavra dura mas vera de Ramón Gómez de la Serna.

E o que o constituinte brasileiro está fazendo com a cidade que o elegeu. Em troca do voto recebido (ou na esperança de outro voto futuro?) está dando ao eleitor o presente grego de uma falaciosa autonomia, que muito caro lhe poderá custar, e ao próprio Brasil.

* Advogado pioneiro de Brasília (1.957).
Ex-presidente da OAB-DF.
Presidente da
Academia Brasileira de Letras.